



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER N° 93, DE 2021

PROJETO DE LEI N° 61, DE 2021

PROPOSIÇÃO: GARANTE AOS HOSPITAIS E MATERNIDADES, O RASTREAMENTO PRECOCE DE AUTISMO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CASCATEL.

PROPONENTE: Thiago Almeida/DEM

RELATOR: Pedro Sampaio/PSC

PARECER DA COMISSÃO: **FAVORÁVEL**

RECEBIDO EM
10/10/2021 às
Câmara Municipal de Cascavel - Paraná
Diretoria Legislativa

I – RELATÓRIO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre os aspectos constitucionais, legais, regimentais e a boa técnica legislativa das proposições.

O Anteprojeto apresentado pelo Vereador visa dispor acerca da garantia de oferta em hospitais e maternidades o rastreamento precoce do autismo a ser realizado no Município de Cascavel.

II - FUNDAMENTAÇÃO E VOTO DO RELATOR

O presente projeto apresentado pelo vereador, apresenta a seguinte justificativa:

O diagnóstico precoce é fundamental para o tratamento do transtorno do espectro autista. Habitualmente, esse diagnóstico não é fechado antes dos 3 anos de idade, o que dificulta que os médicos consigam reduzir prejuízos para os pacientes. Essa investigação é complexa e envolve uma série de etapas: observação de sinais comuns do transtorno; exames neurológicos e cognitivos; avaliações de fala e audição; testes genéticos. Contudo, a hereditariedade, por sua vez, tem sido um fator alarmante que merece ser investigado.

O projeto é relevante. Percebe-se que a redação deste projeto, trata de uma garantia e não de uma obrigação, o que pode comprometer inclusive a efetividade do mesmo, pois se obrigasse estaria contemplando todos os hospitais no âmbito do município, sejam públicos ou privados, municipais ou estaduais podendo atingir



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

a obrigatoriedade inclusive Hospitais geridos pelo Estado ou mesmo pelo Município, o que acabaria gerando atribuição e despesas. Mas não é o caso, podendo tramitar na casa, extinguindo o vício de iniciativa.


A Lei nº 10.048, de 2000 conferiu atendimento prioritário a determinado grupo de pessoas, o que foi regulamentado pelo Decreto nº 5.296, de 2004, sendo que seu art. 1º disciplina que:

As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta lei

Ato contínuo, com o advento da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, passaram a ser consideradas e possuidoras dos mesmos direitos das pessoas com deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social.

Preconiza o artigo 30, inciso I, da Carta Magna, que os municípios têm autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local, consoante também ao que disciplina o artigo 17, I da Constituição Estadual do Paraná e artigo 19, Inc. I da Lei Orgânica Municipal de Cascavel que trazem o mesmo texto legal, por conseguinte, é admissível legislar a respeito da matéria supra.

O Anteprojeto apresentado, entra na competência legislativa do vereador em razão dos argumentos aduzidos, portanto, após avaliar a matéria como Relator, nos termos do artigo 38 *caput*, do Regimento Interno, não verifico impedimentos constitucionais, legais e técnicos para a tramitação do projeto, deste modo, manifesto o meu voto **FAVORÁVEL**.


Pedro Sampaio
Vereador/PSC/Relator



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

III - VOTO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça por meio dos seus Vereadores acompanham o voto do Eminent Relator e opinam pelo Voto FAVORÁVEL à tramitação do projeto de Lei nº 61/2021.

É o Parecer.

Sala das Comissões Permanentes.

Cascavel, 01 de junho de 2021.

Cidão da Telepar
Vereador /PSB



Mazutti
Vereador /PSC